

Educação a Distância no Brasil: O que está acontecendo nas empresas e escolas.

Marcos Formiga*

* Marcos Formiga é Vice Presidente da ABED e Professor da Universidade de Brasília.

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, comparativamente, a experiência brasileira de Educação a Distância (EAD) nas empresas e nas escolas. Cabe esclarecer que não se trata de um "paper científico", e sim, de uma breve reflexão sobre o sucesso relativo da educação a distância praticada nas empresas, e as dificuldades impostas, majoritariamente, por uma legislação equivocada, para a utilização nos diversos sistemas de ensino-aprendizagem no Brasil. Conclui, com uma nota sobre as perspectivas da EAD no novo governo.

ABSTRACT

The aim of this article is to present a comparative analysis of the Brazilian experience with Distance Education in the corporate and school sectors. This is not intended to be a scientific research paper, but rather a brief reflection on the relative success of DE as practiced in the business sector and the many difficulties, largely imposed by conflicting legislation, encountered by the various DE systems in the educational sector. The article concludes with some notes on the perspectives for DE during the newly elected government.

RESUMEN

Lo objetivo deste artículo es analizar, "comparativamente", la experiencia brasileña de "Educación a distancia" en las compañías y en escuelas. No es un "paper" científico por supuesto, es un rápido pensamiento sobre lo "suceso" relativo de la educación a distancia, practicada en las compañías, y los obstáculos impuestos, "mayoritariamente", por una legislación "equivocada", para la utilización de muchos sistemas de ensino – "aprendizaje" brasileño. Finalizo, con una nota sobre las perspectivas de "Educación a distancia" en lo nuevo gobierno.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: O QUE ESTÁ ACONTECENDO NAS EMPRESAS E ESCOLAS

Dentre as grandes transformações registradas no final do Século XX, e fortemente presente na virada do milênio, está o processo de globalização econômica. O Brasil, como uma das dez maiores economias do mundo, não poderia, como de fato

ocorreu, ficar imune a este processo. Inclusive, a continuidade de uma nação economicamente forte exigirá cada vez mais abertura comercial, flexibilidade gerencial e receptividade às inovações.

Atualmente, com a força da globalização, e mais ainda da forte concorrência e acirrada competição, as empresas, independentemente do seu porte, precisam desenvolver competências, habilidades e atitudes relacionadas às suas estratégias de negócios, ao tempo em que, o conhecimento e o seu domínio por toda a organização, passa a ser o fator fundamental ao negócio. É a revalorização do capital humano como fator de produção, tratado agora como um conceito mais abrangente de capital intelectual da empresa.

Compreendendo o capital intelectual como a soma do conhecimento de todas as pessoas que compõem uma empresa, as pessoas passam a constituir seu ativo mais importante, e a gerência do ativo intelectual tornou-se, atualmente, a tarefa mais importante da produção.

Não basta valorizar a economia do conhecimento, mas sim, saber o que fazer com ela. Esta é a resposta esperada pelos gerentes, investidores e clientes. É o empoderamento de toda a **cadeia de valor** agregada à atividade da empresa ou do empreendimento.

Hoje, no limiar do Século XXI, na sociedade pós-industrial, a diversidade na tipologia das empresas é crescente. Aqui, o foco é a empresa voltada para a aprendizagem. Este tipo de empresa precisa aprender a gerenciar o conhecimento. Paralelamente ocorre também, mesmo com menor intensidade, a globalização da educação via Educação Aberta e a Distância, potencializada pela Internet e pela revolução dos meios de comunicação fartamente utilizados, constituindo-se no fenômeno mundialmente conhecido por "knowledge midia".

O panorama resultante faz do conhecimento o fator mais importante da produção. É a evolução material da atividade econômica, que no final do Século XIX era medida pela utilização de matérias-primas, quanto carvão se extraía, quanto aço se produzia (era a chamada época do **poder muscular**). Em meados do Século XX, a força da economia foi medida pelo **consumo de energia**, (quilowatts/hora, gasolina consumida, quilômetros percorridos, etc.) - a época do **poder das máquinas**. Hoje, vivemos o período do **poder do cérebro**, onde é preciso medir o conhecimento empregado no trabalho que executamos. Agregar valor à atividade intelectual ou no processo produtivo de um bem ou serviço, é intensificar o domínio do saber. Bens e Serviços precisam embutir mais e mais conhecimento.

A globalização da economia tem vantagens e desvantagens, perigos e ameaças. Compete aos gestores, executivos e legisladores, maximizar suas potencialidades e vantagens, e minimizar as suas desvantagens e ameaças.

Raciocínio análogo pode ser constatado nos países líderes mundiais em EAD (Inglaterra, Canadá, Austrália, Escandinávia, USA, etc). A globalização da educação traz como consequência uma série de eventos marcantes na área da aprendizagem. São inicialmente as Universidades Abertas, em seguida as Mega-Universidades (com mais de 100 mil alunos que utilizam EAD). Depois, são as Universidades Virtuais, os Portais

Educativos, as Universidades Corporativas no âmbito das grandes empresas (no caso brasileiro já são quase uma centena) e a universalização do sistema dual (misto de sistema presencial e sistema virtual posto à disposição, à livre escolha do aluno-aprendiz).

Felizmente, a menor intensidade da Globalização Educacional tem a ver com os insubstituíveis valores e tradições culturais de cada país e de cada povo que se orgulha em preservar e defender, contra todas as tendências de homogeneização e pasteurização vindas dos países dominantes e detentores de técnicas e meios sofisticados de comunicação eletrônica. Ademais, além da indispensável auto-defesa de valores culturais pelos países, a Educação e Aprendizagem Globalizadas não dispõem dos dois mediadores de sucesso com que conta a globalização econômica: o primeiro é a moeda americana - o Dólar - cujo país tenta utilizar sua posição de hegemonia econômica como moeda em todas negociações internacionais. A propósito, o fortalecimento, em boa hora do Euro - moeda da União Européia - já parece se constituir em um fator de enfrentamento financeiro ao domínio do Dólar americano. O segundo instrumento facilitador da globalização econômica tem sido o idioma inglês, que vem se tornando em idioma de uso quase universal. No que diz respeito à globalização da aprendizagem, sem nenhuma dúvida, o inglês instrumental continuará sendo cada vez mais utilizado como facilitador idiomático. Nunca é demais lembrar a defesa dos valores culturais têm no idioma pátrio o seu próprio símbolo ("língua é poder") daí a justa exigência de disponibilizar os conteúdos no idioma pátrio de cada nação.

No caso brasileiro, a globalização e o processo de modernização iniciado pelo Estado caminharam juntos. Tiveram a vantagem de nos colocar mais perto da realidade nacional, rompendo o provincianismo e a tendência à autarquia de uma economia diversificada em um País rico em recursos naturais e propenso a produzir tudo. Além das vantagens comparativas necessárias ao funcionamento das economias nacionais, temos de levar em conta com maior atenção as vantagens competitivas.

Dentre as muitas influências benéficas da globalização ditada pela força da competição, ela nos trouxe o contato com métodos de gestão e administração de viés anglo-saxônico, substituindo o ultrapassado sistema burocrático e legalista de influência latino-ibérico. Além de uma nova ética empresarial, onde o modelo escandinavo de honestidade obsessivo, quase blindado anti-corrupção, está fazendo escola mundialmente, e chega aos trópicos meridionais como ventos de renovação para ficar. Que venham as boas práticas e influências benéficas!

A globalização trouxe também, a idéia da eficiência como novo paradigma da gestão econômica. Nada se faz, sem antes se realizar estudos que comprovem a viabilidade do negócio ou do empreendimento. Este novo paradigma será muito útil ao nosso País, e sua luta de combate à pobreza está descobrindo que é mais importante do que apontar as causas da pobreza e descobrir a forma de combatê-la.

Neste mundo globalizado e da Era do Conhecimento, onde o trabalho passa por mudanças estruturais e o mundo do emprego é cada vez mais complexo e diminuto, vivemos tempos em que é impossível "tirar férias do conhecimento". Estamos sempre estudando, aprendendo mais e inovando os nossos conhecimentos. A revolução técnico-científica fez com que o domínio de uma profissão seja renovado em intervalos de tempo cada vez menores. Já não é possível formar um profissional para a vida

inteira. Hoje, é comum, ao longo da vida útil profissional, mudar de emprego e de profissão em média a cada década. Certamente os novos profissionais de todas as áreas de conhecimento têm consciência desta dinâmica profissional e da necessidade de permanecer em um sistema de aprendizagem continuada ao longo da vida.

A geração nascida nos anos oitenta em diante, é contemporânea do micro computador pessoal. Esta geração, ao nascer, já encontra um País que dispunha de um grande parque industrial instalado e conectado por redes de comunicação e satélite. Crescem em uma sociedade dual, cheia de altos e baixos, de ricos e pobres; mas todos conhecedores plenos das benesses da tecnologia moderna: vídeo game, telefone celular, cartão eletrônico, vídeo cassete, DVD, e está chegando a TV interativa. São os filhos da civilização multimídia, e convivem com texto, som e imagem de forma amistosa, com a revolução nos hábitos e costumes. Da Galáxia do Gutemberg à "Aldeia Global".

Agora, além das facilidades trazidas pela evolução tecnológica, acirrando o prejudicial consumismo dos jovens, ela é portadora de uma enorme potencialidade de usar o computador e dispor da Internet como uma biblioteca-escola, que permite a autonomia de se aprender sozinho, e facilita a inclusão social dos menos favorecidos pela democratização e acesso aos meios de comunicação.

No entanto, mesmo com todas as vantagens inerentes à evolução tecnológica, nenhuma vantagem substitui o talento de lidar com as pessoas, conviver próximo ou remotamente com outra gente. Os mestres da administração já comprovaram que a capacidade de lidar com gente pode fazer a diferença no ambiente empresarial. A automação dos escritórios e dos ambientes de trabalho em geral, podem ser desumanizados pelos excessos e exageros das técnicas. É preciso re-humanizar o trabalho, e para isto, a melhoria dos processos de gestão depende só de cada um *de per si*. Está nas mãos e principalmente nas mentes, a condução de achar a sintonia fina do relacionamento entre colegas de trabalho, colegas de aprendizagem, coordenadores e coordenados. Avaliar o contexto e assumir a tarefa de administrar a sua própria carreira, sem confrontos, apostando na evolução das relações interpessoais. Marcar posição é sinônimo de personalidade e maturidade profissional. Este protagonismo registrado no ambiente de trabalho carece urgentemente de chegar a todas as escolas, em todos os níveis.

Dentre as diversas experiências praticadas em empresas, o exemplo internacional em EAD que vem do INSEAD da França é paradigmático. Há um compromisso expresso para que não haja dominância de nenhuma cultura específica. Trata-se de uma visão positiva da globalização empresarial que ensina e aprende com as melhores práticas registradas nos diversos países. Os alunos, professores e funcionários, respeitam o princípio da "não dominante cultura" (ver Revista Indústria Brasileira, CNI, Ano 2, Nº 23, out/2002). A revista "Fortune International" afirmou que trata-se da "escola que virtualmente inventou o conceito de educação executiva internacional".

Há pouco, dentro da 55ª Reunião Anual da SBPC (2003), em Recife, um simpósio sobre as relações entre universidades acadêmicas e universidades corporativas, chegou-se à conclusão que uma boa universidade corporativa sempre tem o suporte de uma boa universidade acadêmica. Registra-se dentre as quase cem universidades corporativas em pleno funcionamento no Brasil, um número significativo ligados ao

setor público (Caixa, Banco do Brasil, Petrobrás, Previdência Social, Eletronorte, Correios, etc.). É curioso registrar que este interessante fenômeno de aprendizagem moderna e flexível acontece à margem das autoridades educacionais. A não regulamentação, ou nenhuma importância dada pelas empresas às discussões bizantinas dos legisladores educacionais, pode ser um indício do bem sucedido empreendimento.

O CENÁRIO INICIAL DA EAD SOB NOVA ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA

O ano que passou encerrou com mais uma legislação expedida que em vez de estimular, pelo contrário, coíbe a prática da EAD na educação básica. A intenção sempre parece a melhor possível, mas o resultado quase sempre inibe as iniciativas e retarda, cada vez mais, a disseminação dos meios e processos de democratização do conhecimento, impedindo aqueles que buscam aumentar sua escolaridade, e, quase sempre interrompidos por limitação financeira, necessitam ainda de uma segunda chance.

Isto é feito, oficialmente, como forma de defender o interesse do educando. A legítima preocupação com a qualidade nem sempre encontrada na educação presencial, leva ao temor dos legisladores de se replicar - com intensidade - na Educação à Distância.

O equívoco está focado na maneira de se ver a EAD como uma modalidade de ensino-aprendizagem, onde a ênfase no ensino, prevalece sobremaneira, ao processo de aprendizagem. Isto hoje é história, ou melhor, é pré-história da EAD. Falar em Educação à Distância hoje não passa de uma metáfora. O conceito de distância deve ser relativizado. Trata-se de educação flexível. A distância pode ser o colega da carteira escolar ao lado, na sala vizinha, ou o colega interconectado, seja no Alasca, seja no interior do Mato Grosso, ou nas barrancas do São Francisco.

Raciocinando com a terminologia utilizada por Manuel Castells, e aplicada ao caso brasileiro, o mundo real das empresas (no sentido de trabalhar de forma tangível), convive construtiva e pró-ativamente com o mundo virtual (no sentido intangível) amplamente disseminado na educação corporativa. Já o mundo intangível da educação escolar, por excesso de zelo e "furor legisferante", não conseguiu ainda, na atual conjuntura educacional brasileira, utilizar com intensidade e efetividade os benefícios oferecidos pelos modernos meios de comunicação postos à disposição do conhecimento.

O Brasil paga o duplo preço da exclusão digital na sua escola básica. A carência epidêmica das instalações das escolas públicas, acrescidas ainda da inatingível qualidade do que se ensina e se aprende, não conseguiu ainda agregar os benefícios dos meios aos resultados dos fins. O problema também é financeiro, mas este não é o fundamental.

É voz corrente entre os dirigentes públicos da educação nacional, afirmar que o excesso de legislação vigente esteriliza e torna improdutivo o sistema educacional brasileiro como um todo. A Educação a Distância praticada no Brasil desde nos anos trinta do século passado, somente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, aparece explicitamente como modalidade de aprendizagem. Em EAD também se constata os empecilhos da legislação federal, mimeticamente bisada por alguns

Estados da Federação. O Censo Brasileiro de Ensino Superior de 2002 (Unisul-UNESCO) é ilustrativo e constata a modéstia dos números: 84.713 alunos. Paradoxalmente, a Internet não entrou no cotidiano da educação superior brasileira. Longe a idéia de um "*laissez-faire*". Advoga-se critérios gerais e mínimos para o bom funcionamento do sistema de oferta de EAD, exatamente o contrário da tendência centralista em vigor.

A percepção de ordem geral, sem nenhuma intenção de julgá-los, verifica-se uma defasagem temporal na terminologia utilizada, na legislação em vigor, desconhecendo a linguagem usual da EAD. Revela-se a falta de intimidade com os termos técnicos. Não se defende aqui um dialeto a ser falado entre especialistas, até porque em EAD, combate-se a tendência da civilização industrial em favor da especialização, ou o que é mais grave, da super-especialização. No entanto, não é possível legislar sem uma sintonia fina com o que está acontecendo em Educação a Distância aqui e alhures. Por ser uma atividade fortemente influenciada pela dinâmica tecnológica, requer dos seus profissionais, docentes e usuários, uma atualização constante. Daí a necessidade dos legisladores atuais e futuros de ouvir e se aconselhar com aqueles que estão em estado permanente de alerta, tal qual um observatório que registra as mudanças constantes no cenário nacional e internacional da EAD. Se não há domínio da terminologia atual, como legislar para o futuro com informações já ultrapassadas? Sem falar na tendência atávica dos legisladores, regidos por princípios de ortodoxia legal e presos a legislações ultrapassadas. Em educação, de um modo geral, e com mais propriedade em EAD, a necessidade se revela pela busca de atitudes consensuais, em prol de uma legislação consuetudinária. Exemplo bem sucedido dos países em que a Educação é solução para os problemas do povo e não mais um problema insolúvel e crônico dos seus cidadãos.

Não é propósito deste artigo analisar a gênese dos legisladores, quer sejam eleitos pelo voto direto, quer sejam escolhidos pelos seus méritos ou pelas corporações. Qualquer que seja o caso, é necessário sapiência e humildade para ouvir os profissionais familiarizados com a metodologia, com a prática e com a avaliação dos resultados da Educação a Distância.

O Ministério da Educação tem em seu comando um titular que acredita e faz Educação a Distância por onde passa, em sua experiente vida de gestor público. Mesmo assim, ao observar o recente esforço do Ministério e da sua Secretaria voltada para o tema, ainda não foi possível imprimir, diga-se de passagem, que é muito cedo para uma avaliação, daí o crédito de confiança - uma mudança que tem muito a ver com as crenças e tradições daqueles que trabalham no setor e principalmente, daqueles que fazem as leis que regulam o processo educacional.

Neste particular, a Diretoria da ABED tem sido pródiga em procurar e oferecer aos diferentes governos os seus préstimos a favor de um assessoramento qualitativo, gratuito e voluntário. A ABED, como missão de uma sociedade científica e comprometida apenas com a qualidade e a seriedade em EAD, continua disposta a colaborar na construção de um arcabouço legal mínimo, factível e estimulante para a EAD no Brasil. No momento, a ABED, juntamente com outros interlocutores, por solicitação do SEED, analisa uma iniciativa de simplificar a impositiva legislação atual.

O sucesso da EAD nas empresas brasileiras, as credenciam para ministrar lições às nossas escolas.